

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	40
----------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	43
----------------------------------------------------------------------	----

Motivos de Reapresentação	44
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	314.081.529
Preferenciais	0
Total	314.081.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.258.492	743.028	351.043
1.01	Ativo Circulante	27.160	29.781	53.300
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.078	86	541
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	28.731	52.402
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.051	864	302
1.01.07	Despesas Antecipadas	31	100	55
1.02	Ativo Não Circulante	1.231.332	713.247	297.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	960	461	222
1.02.01.06	Tributos Diferidos	960	461	222
1.02.03	Imobilizado	1.219.838	703.807	289.809
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.219.838	703.807	289.809
1.02.04	Intangível	10.534	8.979	7.712
1.02.04.01	Intangíveis	10.534	8.979	7.712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.258.492	743.028	351.043
2.01	Passivo Circulante	204.816	345.755	74.819
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.366	1.153	944
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.366	1.153	944
2.01.02	Fornecedores	21.331	11.856	3.304
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.331	11.856	3.304
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.861	3.047	1.308
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.613	1.965	823
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.613	1.965	823
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	671	1.082	398
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.577	0	87
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	165.894	307.477	69.258
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.894	307.477	69.258
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	165.894	307.477	69.258
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	5
2.01.05.02	Outros	0	0	5
2.01.06	Provisões	12.364	22.222	0
2.01.06.02	Outras Provisões	12.364	22.222	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	12.364	22.222	0
2.02	Passivo Não Circulante	741.678	245.251	158.669
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	453.891	212.690	151.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	453.891	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	453.891	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	212.690	151.299
2.02.02	Outras Obrigações	265.379	19.379	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.379	3.379	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.379	3.379	0
2.02.02.02	Outros	262.000	16.000	0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	262.000	16.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.04	Provisões	22.408	13.182	7.370
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79	439	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	79	439	0
2.02.04.02	Outras Provisões	22.329	12.743	7.370
2.03	Patrimônio Líquido	311.998	152.022	117.555
2.03.01	Capital Social Realizado	314.081	153.081	118.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.083	-1.059	-526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.503	-770	-574
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.503	-770	-574
3.06	Resultado Financeiro	-20	-2	-92
3.06.02	Despesas Financeiras	-20	-2	-92
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.523	-772	-666
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	499	239	202
3.08.02	Diferido	499	239	202
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.024	-533	-464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.024	-533	-464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00400	-0,00400	-0,00700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.024	-533	-464
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.024	-533	-464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-673	-1.260	-575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-554	-653	-559
6.01.01.01	Prejuízo do período	-1.024	-533	-464
6.01.01.02	Depreciação e amortização	80	119	107
6.01.01.03	Impostos diferidos	-499	-239	-202
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	889	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-119	-607	-16
6.01.02.01	Impostos a compensar	-187	-45	0
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	0	0	41
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	68	-562	-53
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	0	0	-4
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-433.975	-313.943	-318.761
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-250.390	-178.000	-52.402
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-462.797	-337.876	-266.154
6.02.03	Aplicações no intangível	-88	-1.267	-205
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	279.300	203.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	460.640	314.748	319.525
6.03.01	Integralização de capital	161.000	35.000	0
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	246.000	16.000	104.760
6.03.03	Empréstimos tomados	491.980	380.680	261.362
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-434.660	-114.784	-46.597
6.03.05	(-) Custos de captação de financiamentos	-3.680	-2.148	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25.992	-455	189
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86	541	352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.078	86	541

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	161.000	0	0	0	0	161.000
5.04.01	Aumentos de Capital	161.000	0	0	0	0	161.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.024	0	-1.024
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.024	0	-1.024
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-1.024	0	-1.024
5.07	Saldos Finais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.000	0	0	-533	0	34.467
5.04.01	Aumentos de Capital	35.000	0	0	-533	0	34.467
5.07	Saldos Finais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	13.320	0	-62	0	13.259
5.04	Transações de Capital com os Sócios	118.080	-13.320	0	0	0	104.760
5.04.01	Aumentos de Capital	118.080	-13.320	0	0	0	104.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-464	0	-464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-464	0	-464
5.05.02.06	Prejuízo do período	0	0	0	-464	0	-464
5.07	Saldos Finais	118.081	0	0	-526	0	117.555

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.423	-651	-445
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.423	-651	-445
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.423	-651	-445
7.04	Retenções	-80	-119	-107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-80	-119	-107
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.503	-770	-552
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.503	-770	-552
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.503	-770	-552
7.08.01	Pessoal	0	0	22
7.08.01.02	Benefícios	0	0	22
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-499	-239	-202
7.08.02.01	Federais	-499	-239	-202
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20	2	92
7.08.03.01	Juros	20	2	0
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	92
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.024	-533	-464
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.024	-533	-464

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o comentário do desempenho e as Demonstrações Contábeis da Companhia relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

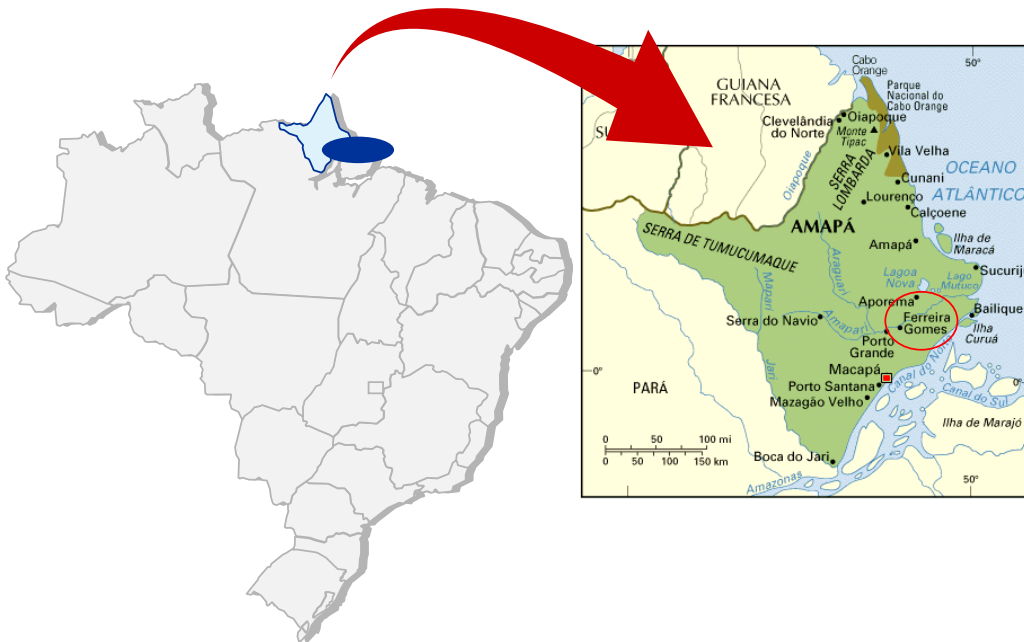
A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica, localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e está sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Relatório da Administração

Resultados Econômico-Financeiros

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. Os recursos da mesma provém de recursos do acionista Alupar Investimentos S.A, de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados quando existirem receitas de operações futuras no momento em que a Companhia entrar em operação.

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no exercício, e como a UHE Ferreira Gomes está em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Dado que a Ferreira Gomes Energia é uma sociedade para implantação da UHE, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores através de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2013, a Ferreira Gomes Energia S.A. finalizou o ano com 97 colaboradores.

Governança Corporativa

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria Estatutária.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores: (i) Administrativo Financeiro; (ii) de Relações com Investidores; e (iii) Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo substituto pelo prazo restante do mandato.

O Conselho de Administração é composto de por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Relatório da Administração

Responsabilidade Sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um compromisso social e ambiental, acreditando na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, desenvolve projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados ao turismo, incentivo cultural, esporte e social.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento neste ano de 2013:

Programa de Monitoramento e Resgate de Fauna;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Ações Ambientais para a Limpeza do Reservatório;
Programa de Apoio a Projetos Culturais;
Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA;
Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira;
Programa de Comunicação Social;
Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental nos Municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Suporte à implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou a "Companhia") foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº1855, bloco I, 9º andar, sala G, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, e a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 31 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além de legislação específica aplicável às autorizadas do serviço de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos instrumentos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de provisões para contingências.

Notas Explicativas

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de fevereiro de 2014.

Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação nas demonstrações do fluxo de caixa nos montantes de R\$ 562 e R\$ 45 referentes a impostos a recuperar e despesas pagas antecipadamente respectivamente, da rubrica de atividades de investimentos para rubrica atividades operacionais.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2013.

a) Ativos financeiros

i) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são capitalizados durante a fase pré-operacional ao imobilizado conforme descrito na nota explicativa 8.

Sendo no reconhecimento inicial classificado dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado – incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados

Notas Explicativas subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado.

iii) Desreconhecimento (baixa):

Um ativo financeiro parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge,

Notas Explicativas

conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

Fornecedores: inclui obrigações com aquisição de materiais e serviços.

Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Notas Explicativas

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido.

O custo dos ativos construídos pela entidade incluirá o custo de materiais, mão de obra direta, indireta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros aplicados, também são capitalizados durante a fase pré-operacional.

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total da aquisição.

Os encargos de amortização só serão reconhecidos quando da entrada de operação comercial da Companhia.

A Companhia registrou a valor presente a obrigação com a União pelo Uso do Bem Público.

g) Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Nos casos em que a probabilidade de perda é possível ou remota nenhum passivo é reconhecido, mas existe a divulgação em notas explicativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do resultado que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes das diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o resultado são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Notas Explicativas

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

j) Resultado financeiro

A receita de juros decorrentes dos investimentos e os encargos financeiros referentes aos empréstimos são calculados com base na taxa de juros contratuais e são capitalizados no ativo imobilizado durante o período de construção.

k) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

l) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais agrupamentos ou desdobramentos de ações.

m) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos não circulantes – CPC 01

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu

Notas Explicativas

valor recuperável. Em 2013 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes é a unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

n) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos não circulantes – CPC 01

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução dos valores do imobilizado e intangível aos seus valores de recuperação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia, quando julga necessário, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 7.

Provisão ambiental

A Companhia realiza investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. Dessa forma possuem provisão para gastos ambientais, visando fazer face as obrigações presentes legais, resultante de eventos passados e de prováveis realizações. O montante provisionado é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, tal montante pode sofrer variações significativas decorrente de eventos

Notas Explicativas

ocorridos não previstos. A contrapartida pela constituição dessas provisões, foi registrada na rubrica ativo imobilizado em curso.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

4.1. Pronunciamentos cuja adoção é obrigatória para 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

4.3. Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397

A Medida Provisória 627/2013 além de eliminar o RTT, altera a legislação sobre a tributação dos lucros distribuídos aos sócios, e traz ainda regras para tributação do lucro de controladas e coligadas no exterior. Em setembro de 2013 a Receita Federal emitiu a Instrução Normativa 1.397 que tem por objetivo anular os ajustes do RTT - Regime Tributário de Transição afastando assim os efeitos tributários que poderiam decorrer dos novos procedimentos contábeis advindos com a Lei nº 11.638/2007, adotados a partir de 01/01/2008, já consideradas as alterações instituídas pela Lei nº 11.941/2009. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios.

Notas Explicativas

5. Caixa, equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>			
Fundo fixo		26	48
Banco conta movimento		77	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata		115	33
Certificados de depósitos bancários	93% do CDI	25.860	-
		<u>26.078</u>	<u>86</u>
<u>Investimento de curto prazo</u>			
Aplicações financeiras	100,50% do CDI	-	28.731
		<u>-</u>	<u>28.731</u>

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a aplicação financeira de liquidez imediata vinculada a conta corrente e certificados de depósitos bancários, na qual a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado desses certificados, os mesmos foram efetuados em instituição financeira de primeira linha em investimento de baixo risco remunerado pela variação de 93% CDI do (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2013.

Investimentos de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerados pela variação de 100,50% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2012.

6. Tributos e contribuições sociais

A Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante

<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	714	562
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	110
Imposto sobre Serviços - ISS	98	86
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	102
	<u>1.051</u>	<u>864</u>

Passivo circulante

<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	330	322
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.122	1.435
Imposto sobre Serviços - ISS	671	1.082
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.577	-
Outros	161	208
	<u>3.861</u>	<u>3.047</u>

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia é tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e nos exercícios anteriores. Com base na expectativa de lucratividade futura, que deve ocorrer após o início de suas operações, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrado a seguir:

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.044 (R\$ 1.520 em 2012). Tendo constituído impostos de renda e contribuição social, diferidos para a totalidade destes saldos.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	686	324
Contribuição social diferido sobre base negativa	274	137
	<u>960</u>	<u>461</u>

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que prevêem que a realização do IR/CSLL diferidos ocorrerá integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2013 representam, substancialmente, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados à obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 31/12/2011	Adições	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Imobilizado em curso								
Terrenos		9.024	2.930	11.954	3.682	-	-	15.636
Reservatórios, barragens e adutoras		3.162	19.751	22.913	1.048	37.185	-	61.146
Edificações, obras civis		40.480	169.561	210.041	171.069	66.344	-	447.454
Máquinas e equipamentos		265	22.040	22.305	1.954	96.338	-	120.597
Veículos		1.527	414	1.941	1.550	-	-	3.491
Móveis e utensílios		1.097	636	1.733	1.194	-	-	2.927
A ratear (1)		67.879	90.859	158.738	134.873	5.109	(451)	298.269
Juros capitalizados (3)		4.945	31.521	36.466	45.374	-	-	81.840
Programas socioambientais		6.347	35.923	42.270	8.315	-	-	50.585
Material em depósito		5.602	4.007	9.609	40.529	(47.318)	-	2.820
Adiantamento a fornecedor		122.859	21.949	144.808	100.189	(157.700)	-	87.297
Depósitos judiciais		341	24	365	304	-	-	669
Estudos e projetos (2)		26.085	14.498	40.583	6.919	43	(438)	47.107
Total do imobilizado em curso		289.613	414.113	703.726	517.000	1	(889)	1.219.838
Imobilizado em serviço								
Benfeitorias em bens de terceiros		311	4	315	-	(1)	-	314
Total do imobilizado em serviço		311	4	315	-	(1)	-	314
Total do imobilizado em serviço e curso		289.924	414.117	704.041	517.000	-	(889)	1.220.152
(-) Depreciação acumulada								
Benfeitorias em bens de terceiros	36%	(115)	(119)	(234)	(80)	-	-	(314)
Total da depreciação acumulada		(115)	(119)	(234)	(80)	-	-	(314)
Total		289.809	413.998	703.807	516.920	-	(889)	1.219.838

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados, até 31 de dezembro de 2013, são de R\$ 81.840 (R\$ 36.466 até 31 de dezembro de 2012) sendo capitalizado no ano de 2013 o valor de R\$ 45.978 (R\$ 35.862 no ano de 2012), líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (que foram R\$ 5.792 e R\$ 5.187 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente), sendo capitalizado no ano de 2013 o valor de R\$ 604 (R\$ 4.340 em 31 de dezembro de 2012). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 11 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2013</u>
Licença de uso de software	342	139	481	88	569
Uso do bem público	7.370	1.128	8.498	1.467	9.965
Total	<u>7.712</u>	<u>1.267</u>	<u>8.979</u>	<u>1.555</u>	<u>10.534</u>

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e pode ser assim demonstradas:

Notas Explic

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ativo não circulante - Imobilizado adiantamento a fornecedores</u>		
Adiantamento a fornecedores - Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda (a)	102	-
Adiantamento a fornecedores - Alusa Engenharia S.A (b)	-	2.096
	<u>102</u>	<u>2.096</u>
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A (c)	3.379	3.379
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (d)	262.000	16.000
	<u>265.379</u>	<u>19.379</u>

- a) Contrato de fornecimento de torres metálicas para a linha de transmissão com a coligada Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. Em 31 de dezembro de 2013 o montante pago desse contrato totalizava R\$ 4.685 (em 2012 não houveram desembolsos).
- b) Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa Engenharia S.A. visando a administração e execução de obras civis compreendendo a execução das estruturas de concreto vertedouro, tomada d'água, casa de força e área de montagem. Até 31 de dezembro de 2013 o montante pago totalizava R\$ 332.883, sendo R\$ 178.825 no ano de 2013 (R\$ 154.058 pago até 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 129.547 no ano de 2012).
- c) Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos pela Controladora.
- d) A Companhia esta em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista para implantação da UHE Ferreira Gomes, desta forma a Alupar Investimentos S.A aportou a titulo de adiantamento de futuro aumento de capital R\$ 262.000 no decorrer de 2013.

10.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2013
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditários Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditários Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/2012	15/04/2031	457.060
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/2011	09/10/2014	10.659
26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2a Emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/2012	30/05/2014	166.312

Notas Explicativas**10.3 Remuneração da alta administração**

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Benefícios de curto prazo (a)	1.228	1.403
Benefícios pós-emprego	<u>10</u>	<u>23</u>
Total	<u>1.238</u>	<u>1.426</u>

a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Encargos	31/12/2013			31/12/2012		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante						
Banco Sumitomo	118%	-	-	29.400	366	29.766
BNDES	2,4 % + TJLP	-	-	110.680	1554	112.234
1º emissão de Debêntures	115%	-	-	150.000	16482	166.482
2º emissão de Debêntures	5,95 % + IPCA	147.000	19.312	-	-	-
(-) Custo de captação		(418)	-	(1.005)	-	(1.005)
Total		<u>146.582</u>	<u>19.312</u>	<u>289.075</u>	<u>18.402</u>	<u>307.477</u>
Moeda nacional - não circulante						
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	205.257	3.133	208.390	-	-
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	81.239	1.240	82.479	-	-
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	4.131	63	4.194	-	-
BNDES - Subcrédito D	2,5%	161.337	660	161.997	-	-
2º emissão de Debêntures	5,95 % + IPCA	-	-	200.000	13.538	213.538
(-) Custo de captação		(3.169)	-	(848)	-	(848)
Total		<u>448.795</u>	<u>5.096</u>	<u>453.891</u>	<u>13.538</u>	<u>212.690</u>

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Em 15 de julho de 2011 foi feito o empréstimo do Banco Sumitomo com encargo de 114,50% do CDI e vencimento em 01 de fevereiro de 2012, no dia 31 de outubro de 2012 foi assinado o último aditamento do contrato prorrogando o vencimento e a taxa de juros do contrato foi alterada para 118% do CDI. Em 01 de fevereiro de 2013 foi quitado esse contrato.

Notas Explicativas

Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$ 150.000 em debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia com valor nominal unitário de R\$ 1.000. A remuneração das debêntures contemplava juros remuneratórios de 115% de variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. As mesmas foram quitadas no dia 16 de abril de 2013.

Em 26 de setembro de 2012, a Companhia celebrou o contrato nº 12.2.0908.1, no montante de R\$ 121.724, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES corrigidos à taxa de juros de longo prazo - TJLP + de 2,4% ao a.a. Destes, R\$110.680 foram liberados no dia 26 de outubro de 2012 e R\$ 11.044 em 29 de janeiro de 2013. Em 15 de abril de 2013 o empréstimo foi integralmente quitado.

Em 22 de março de 2013 a Companhia captou junto ao Banco Itau BBA a quantia de R\$ 40.000, corrigido pelo CDI + 1,33%. Em 17 de abril de 2013 o mesmo foi quitado.

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a segunda emissão de R\$ 200.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012. Em 16 de abril de 2013 foram quitados R\$ 53.000. A remuneração das debêntures contempla juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura, com vencimento em 30 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo do custo de captação era de R\$ 418 (R\$ 1.260 em 31 de dezembro de 2012).

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas com base nas informações financeiras da fiadora (Alupar Investimento S.A.) A fiadora da Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes índices foram atendidos.

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, sendo que nos dias 15 de abril de 2013, 25 de junho de 2013 e 16 de dezembro de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000, R\$ 59.336 e R\$ 45.600, respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo a primeira amortização dar-se á em 15 de maio de 2015 e a ultima em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cujo a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a ultima em 15 de dezembro de 2022. Os juros apurados serão incorporados trimestralmente ao principal nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de custos de captação era de R\$ 3.069.

As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à FGE, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;

Notas Explicativas

- b) Os direitos creditórios da FGE provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela FGE, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela FGE;
- c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela FGE;
- d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M; Conta Seguradora;
- e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantias prestadas pela Alupar:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da FGE.

- b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composta da seguinte forma:

	31/12/2012	Ingresso de dívidas	Juros incorporados ao principal	Atualização monetária e juros	Amortização	31/12/2013
Moeda nacional						
Banco Sumitomo	29.766	-	-	216	(29.982)	-
Banco Itaú BBA	-	40.000	-	221	(40.221)	-
BNDES - contrato curto prazo	112.234	11.044	-	2.530	(125.808)	-
BNDES - Subcrédito A	-	198.420	6.837	3.133	-	208.390
BNDES - Subcrédito B	-	78.540	2.699	1.240	-	82.479
BNDES - Subcrédito C	-	4.013	118	63	-	4.194
BNDES - Subcrédito D	-	159.963	1.374	660	-	161.997
1º emissão de Debêntures	166.482	-	-	3.777	(170.259)	-
2º emissão de Debêntures	213.538	-	-	23.110	(70.336)	166.312
(-) Custo de captação - a amortizar	(1.853)	(3.680)	-	-	1.946	(3.587)
Total	520.167	488.300	11.028	34.950	(434.660)	619.785

	31/12/2011	Ingresso de dívidas	Juros incorporados ao principal	Atualização monetária e juros	Amortização	31/12/2012
Moeda nacional						
Banco Sumitomo	29.670	-	-	2.805	(2.709)	29.766
Banco Santander	40.100	15.000	-	2.662	(57.762)	-
Banco BTG Pactual	-	55.000	-	605	(55.605)	-
BNDES	-	110.680	-	1.554	-	112.234
1º emissão de Debêntures	151.785	-	-	14.697	-	166.482
2º emissão de Debêntures	-	200.000	-	13.538	-	213.538
(-) Custo de captação - a amortizar	(998)	(2.148)	-	-	1.293	(1.853)
Total	220.557	378.532	-	35.861	(114.783)	520.167

- c) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

	<u>Principal</u>	<u>(-) Custo de captação - a amortizar</u>	<u>Total</u>
2015	26.381	(128)	26.253
2016	39.571	(192)	39.379
2017	39.571	(192)	39.379
2018	39.571	(192)	39.379
2019	39.571	(192)	39.379
após 2019	272.395	(2.273)	270.122
	457.060	(3.169)	453.891

12. Provisão para gastos ambientais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante	12.364	22.222
Passivo não circulante	<u>12.364</u>	<u>4.245</u>
Total	<u>24.728</u>	<u>26.467</u>

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço e foram suportados pelo orçamento gerenciado da área ambiental da Companhia. A contrapartida pela constituição dessas provisões, foi registrada na rubrica ativo imobilizado em curso.

13. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 314.081 (R\$ 153.081 em 31 de dezembro de 2012), representando por 314.081.529 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (153.081.529 ação em 31 de dezembro de 2012). O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 360.000 até o limite de 360.000.000 ações ordinárias.

Em 18 de fevereiro de 2013 e em 20 de junho de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000 e R\$ 148.000 (representado pela emissão de 13.000.000 e 148.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), respectivamente.

Em 27 de abril de 2012 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 35.000 (representado pela emissão de 35.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), passando seu capital social de R\$ 118.081 para R\$ 153.081.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	<u>Quantidades de ações</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Alupar Investimento S.A.	314.081.528	153.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>314.081.529</u>	<u>153.081.529</u>

Notas Explicativas**14. Resultado por ação**

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(1.024)	(533)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>243.246.364</u>	<u>141.861.353</u>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,004)</u>	<u>(0,004)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

15. Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

<u>Processos Judiciais</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Ingressos</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Reversão</u>	<u>Ingressos</u>	<u>31/12/2013</u>
Cível	-	6	6	(6)	-	-
Trabalhista	-	433	433	(433)	79	79
	<u>-</u>	<u>439</u>	<u>439</u>	<u>(439)</u>	<u>79</u>	<u>79</u>

(A) Perda provável: Em 31 de dezembro de 2013 não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza fiscal, cível, arbitrais ou ambientais com risco de perda provável, que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios. A Companhia possui demanda de natureza trabalhista, cujo valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 79, (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2012)

(B) Perda possível: Tais processos não são provisionados pela Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, que merecem destaques são:

(i) Demandas Fiscais: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente sejam consideradas relevantes para os negócios.

Notas Explicativas

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá. O valor atualizado é de R\$ 1.669 (R\$1.411 em 31 de dezembro de 2012).
- Ação de Execução nº 01687157920128260100 referente a contrato de prestação de serviços. O valor atualizado é de R\$ 1.590 (R\$ 1.326 em 31 de dezembro de 2012).
- Ação de Execução nº 01687149420128260100 referente a contrato de prestação de serviço. O valor atualizado é de R\$ 2.431.

(iii) Demandas Arbitrais: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente sejam consideradas relevantes para os negócios.

(iv) Demandas Ambientais: Existe uma ação civil pública de natureza ambiental, na qual a Companhia figura na qualidade de réu (litisconsorte), com risco possível de perda, que se encontram mencionadas no parte "ii" - Ação Civil Pública nº 99563820104013100.

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Encontra-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2013		31/12/2012		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	26.078	26.078	86	86	Valor justo	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	-	-	28.731	28.731	Valor justo	Disponíveis para venda
	<u>26.078</u>	<u>26.078</u>	<u>28.817</u>	<u>28.817</u>		
Passivo						
Fornecedores	21.331	21.331	11.856	11.856	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	619.785	619.785	520.167	520.167	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>641.116</u>	<u>641.116</u>	<u>532.023</u>	<u>532.023</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

Notas Explicativas

16.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

As debêntures da Companhia não estão precificadas no mercado ativo. A Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

16.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Mensuração do valor justo	
	Nível I	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ativos avaliados ao valor justo</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	26.078	86
Investimentos de curto prazo	-	28.731
	<u>26.078</u>	<u>28.817</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

16.4. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros

Notas Explicativas

ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2013	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI 25.975	1.360	2.040	2.720	3.399	4.079

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2013 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2ª emissão de debêntures	IPCA + 5,95% 147.000	2,99% 13.403	4,49% 15.732	5,98% 18.060	7,48% 20.389	8,97% 22.717
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP + 2,34% 290.627	2,50% 14.236	3,75% 17.954	5,00% 21.672	6,25% 25.390	7,50% 29.108

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Notas Explicativas

16.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	19.121	836	-	-	1.374	21.331
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	-	-	65.952	118.713	272.395	457.060
Debêntures - principal e encargos	-	166.312	-	-	-	166.312
Total	19.121	167.148	65.952	118.713	273.769	644.703

O total da dívida de empréstimo em longo prazo será amortizado a partir de 2015, período o qual a Companhia estará em fase operacional e utilizará as receitas de operação para amortização da dívida.

Gestão de capital

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(165.894)	(307.477)
Não circulante	<u>(453.891)</u>	<u>(212.690)</u>
Dívida total	(619.785)	(520.167)
Caixa e equivalentes de caixa	26.078	86
Investimentos de curto prazo	-	<u>28.731</u>
Dívida líquida	<u>(593.707)</u>	<u>(491.350)</u>
Patrimônio líquido	311.998	152.022
Índice de endividamento líquido	<u>1,90</u>	<u>3,23</u>

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros que serão providos por meio de aportes de capital pelos seus acionistas e de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada e educação continuada.

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2013.

<u>Risco/Objeto</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Término vigência</u>
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME -UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de engenharia	907.000	3.570	20/03/2015
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330	30/04/2015
Total	1.015.375	4.852	

19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

20. Compromissos

Até 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui o montante de R\$ 84.672 (R\$ 159.029 em 31 de dezembro de 2012) de compromissos assumidos, que referem-se basicamente a contratação de fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE Ferreira Gomes, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Contadora
Danielle Santos
CRC 1SP278429/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota explicativa 16.6 às demonstrações contábeis, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros, para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta uma situação de capital circulante líquido negativo, sendo que a liquidação de seus passivos de curto prazo dependerão de aporte de recursos por parte de seus acionistas e/ou captação de recursos de terceiros. As presentes demonstrações contábeis não contemplam quaisquer efeitos, que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, em caso de insuficiência desse fluxo de recursos. Nossa opinião não esta ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti

Contador

CRC-1SP144343/O-3

Rita de C. S. de Freitas

Contadora

CRC-1SP214160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	CORREÇÃO DOS VALORES DAS RUBRICAS "IMPOSTOS A RECUPERAR" E "DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE" NA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.